

**Wladimir Novaes Martinez**

*Advogado especialista em Direito Previdenciário.*



# **PRINCÍPIOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**6ª edição**

**LTR®**



**EDITORA LTDA.**

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571  
CEP 01224-001  
São Paulo, SP — Brasil  
Fone (11) 2167-1101  
www.ltr.com.br  
Fevereiro, 2015

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX  
Projeto de capa: FÁBIO GIGLIO  
Impressão: GRAPHIUM

Versão impressa — LTr 5171.8 — ISBN 978-85-361-3220-4  
Versão E-book — LTr 8575.9 — ISBN 978-85-361-8269-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Martinez, Wladimir Novaes  
Princípios de direito previdenciário / Wladimir Novaes Martinez.  
— 6. ed. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia.

1. Previdência social 2. Previdência social —  
Leis e legislação — Brasil I. Título.

14-10075

CDU-34:368.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito previdenciário  
34:368.4(81)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	31
<b>Capítulo I — Preliminares</b> .....	33
11. Introdução.....	33
12. Terminologia.....	38
13. Características.....	39
13.1. Título.....	39
13.2. Generalidade.....	40
13.3. Ideia-síntese.....	41
13.4. Aplicabilidade.....	41
13.5. Vitaliciedade.....	41
13.6. Individualidade.....	42
13.7. Supletividade.....	42
13.8. Juridicidade.....	43
13.9. Limites.....	43
13.10. Confronto de limites.....	44
14. Fundamento e importância.....	44
15. Aplicação e papel.....	46
16. Funções.....	49
17. Classificação.....	50
18. Doutrina brasileira.....	51
18.1. Albino Pereira da Rosa.....	52
18.2. Armando de Oliveira Assis.....	52
18.3. Fides Angélica Ommati.....	54
18.4. José dos Reis Feijó Coimbra.....	54
18.5. Marly Antonieta Cardone.....	55
18.6. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira.....	56
18.7. Mozart Victor Russomano.....	56
18.8. Octavio Bueno Magano.....	58
18.9. Tupinambá M. Castro do Nascimento.....	58
18.10. Sérgio Pinto Martins.....	60

19. Doutrina estrangeira .....	61
19.1. Augusto Venturi .....	61
19.2. Carlos Martí Bufill .....	62
19.3. Carmelo Mesa-Lago .....	63
19.4. Javier Hünicken .....	63
19.5. José Manuel Almansa Pastor .....	63
19.6. Germán Prieto Escudero .....	64
19.7. Mário L. Deveali .....	67
19.8. Patricio Novoa Fuenzalida .....	67
19.9. Princípios do VI Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social ...	68
19.10. Princípios do Mercosul .....	70
20. Conceito .....	71
<b>Capítulo II — Princípio Fundamental: Solidariedade Social</b> .....	74
21. Introdução .....	74
22. Significado .....	74
23. Origem .....	75
24. Limites .....	76
25. Tipos .....	77
26. Classificação .....	78
27. Aplicação .....	79
28. Funções .....	80
29. Fundamentos .....	80
29.1. Noções de proteção pessoal .....	80
29.2. Noções de proteção familiar .....	80
29.3. Noções de assistência pública .....	81
29.4. Noções de assistência religiosa .....	81
29.5. Noções de seguro privado .....	82
29.6. Noções de mutualismo .....	82
29.7. Noções de Seguro Social .....	83
29.8. Noções de assistência social .....	85
29.9. Noções de ações de saúde .....	86
29.10. Noções de seguridade social .....	87
30. Conceito .....	88

<b>Capítulo III — Princípio da Dignidade Humana .....</b>	<b>89</b>
31. Introdução.....	89
32. Postulado fundamental.....	89
33. Seguridade Social .....	90
34. Aplicação previdenciária.....	90
35. Interpretação do princípio.....	91
36. Transparência administrativa.....	92
37. Acesso à justiça.....	92
38. União homoafetiva.....	92
39. Estatuto do idoso.....	92
40. Direito adquirido .....	93
<b>Capítulo IV — Princípio do Equilíbrio Econômico .....</b>	<b>94</b>
41. Introdução da matéria.....	94
42. Conceito mínimo.....	95
43. Significado lógico.....	96
44. Causa e surgimento .....	97
45. Classificação didática .....	97
46. Natureza e substância.....	98
47. Alcance e abrangência .....	98
48. Objetivo técnico .....	99
49. Consequências jurídicas .....	99
50. Aplicação prática .....	99
<b>Capítulo V — Princípio da Vedação do Retrocesso .....</b>	<b>101</b>
51. Pressuposto da vedação.....	101
52. Momento da aplicação .....	102
53. Lei válida .....	102
54. Suspensão temporária .....	103
55. Poder da Constituição .....	103
56. Independência da Previdência Social .....	103
57. Definição constitucional.....	104
58. Segurança jurídica.....	104
59. Universalidade do princípio .....	105
60. Conclusões.....	105

<b>Capítulo VI — Princípios Básicos .....</b>	<b>107</b>
61. Introdução.....	107
62. Princípio da proteção.....	108
63. Princípio da obrigatoriedade.....	110
64. Princípio da facultatividade.....	113
65. Princípio da universalidade .....	114
66. Princípio da continuidade .....	115
66.1. Continuidade da filiação.....	116
66.2. Continuidade da contribuição .....	117
66.3. Continuidade da prestação .....	117
67. Princípio da essencialidade.....	119
68. Princípio da unidade.....	121
69. Princípio da supletividade.....	122
70. Princípio das desigualdades sociais.....	123
<b>Capítulo VII — Princípios Técnicos .....</b>	<b>125</b>
71. Introdução.....	125
72. Princípios de filiação.....	125
72.1. Automaticidade da filiação .....	126
72.2. Unicidade da filiação.....	129
72.3. Caducidade dos direitos da qualidade de segurado.....	132
72.4. Extinção da filiação .....	135
73. Princípios da inscrição.....	136
74. Princípios do custeio .....	137
74.1. Capacidade contributiva .....	138
74.2. Obrigatoriedade da contribuição.....	139
74.2.1. Contribuição mínima.....	140
74.3. Boa-fé do contribuinte.....	141
74.4. Solidariedade fiscal.....	142
74.5. Responsabilidade pessoal.....	144
74.6. Autonomia da vontade no salário-base .....	146
74.7. Precedência do custeio .....	148
74.8. Trimestralidade nonagesimal.....	150
74.9. Equidade no custeio .....	151
74.10. Diversidade do financiamento .....	152

75. Princípios das prestações .....	152
75.1. Automaticidade da prestação .....	153
75.2. Proteção ao benefício .....	154
75.2.1. Definitividade das mensalidades .....	155
75.2.2. Continuidade dos pagamentos .....	156
75.2.3. Irrenunciabilidade do direito .....	157
75.2.4. Indisponibilidade da pensão por morte .....	158
75.2.5. Intransferibilidade da titularidade .....	158
75.2.6. Inalienabilidade .....	158
75.2.7. Impenhorabilidade .....	159
75.2.8. Reajustamento do valor .....	159
75.2.9. Desnecessidade do afastamento do trabalho .....	161
75.2.10. Montante mínimo .....	162
75.3. Autonomia da vontade .....	163
75.4. Correlatividade da prestação em relação à contribuição .....	165
75.5. Independência da situação do beneficiário .....	167
75.5.1. Aeticidade na legislação acidentária .....	169
75.6. Imprescritibilidade do direito .....	170
75.7. Unicidade .....	172
75.8. Irredutibilidade do valor .....	173
75.9. Seletividade .....	174
75.10. Distributividade .....	175
76. Princípios gerais de direito .....	175
77. Princípios diversos .....	178
77.1. Conhecimento da lei .....	178
77.2. Individualidade .....	180
77.3. Territorialidade .....	180
78. Princípio da subsidiaridade da legislação .....	182
79. Princípio das desigualdades .....	182
80. Princípio da equivalência urbano-rural .....	184
<b>Capítulo VIII — Princípios de Previdência Complementar .....</b>	<b>186</b>
81. Princípio da facultatividade .....	187
82. Princípio da subsidiaridade da prestação .....	188

83. Princípio da complementaridade do benefício .....	188
84. Princípio da universalidade .....	188
85. Princípio da solidariedade dos participantes .....	189
86. Princípio da irredutibilidade da complementação.....	189
87. Princípio da independência das pessoas jurídicas .....	189
88. Princípio da gestão colegiada .....	190
89. Princípio da submissão ao direito privado.....	190
90. Princípio da transparência.....	191
<b>Capítulo IX — Princípios Administrativos.....</b>	<b>193</b>
91. Introdução.....	193
92. Princípio da legalidade administrativa .....	194
93. Princípio da moralidade administrativa.....	194
94. Princípio da finalidade administrativa .....	195
95. Princípio da imediatidade administrativa .....	197
96. Princípio da capacidade administrativa .....	197
97. Princípio da publicidade administrativa .....	198
98. Princípio da racionalidade administrativa .....	199
99. Princípio da gestão democrática .....	200
100. Princípios gerais do serviço público .....	200
<b>Capítulo X — Princípios Assistenciários .....</b>	<b>202</b>
101. Introdução.....	202
102. Princípio da necessidade .....	205
103. Princípio da incapacidade contributiva .....	206
104. Princípio da disponibilidade de recursos .....	206
105. Princípio da desproporção entre necessidade e proteção .....	207
106. Princípio do custeio indireto .....	208
107. Princípio da facultatividade.....	209
108. Princípio do informalismo procedimental.....	209
109. Princípio da igualdade dos beneficiários.....	210
110. Princípio do direito às prestações assistenciais .....	210
<b>Capítulo XI — Princípios das Ações de Saúde.....</b>	<b>211</b>
111. Princípio do acesso aos serviços de saúde.....	212
112. Princípio da integralidade da prestação .....	212



113. Princípio da autonomia da pessoa .....	213
114. Princípio da igualdade no atendimento .....	213
115. Princípio do direito à informação .....	214
116. Princípio do uso da epidemiologia.....	214
117. Princípio da participação da comunidade.....	215
118. Princípio da descentralização administrativa.....	215
119. Princípio da interação de outras políticas.....	216
120. Princípio da conjugação dos entes políticos .....	216
<b>Capítulo XII — Princípios da Infortunistica.....</b>	<b>217</b>
121. Introdução.....	217
122. Princípio da obrigatoriedade do SAT .....	219
123. Princípio do monopólio estatal .....	220
124. Princípio da competência da Justiça Comum .....	221
125. Princípio da subsidiariedade da legislação previdenciária .....	222
126. Princípio do acesso ao Poder Judiciário .....	222
127. Princípio da correspondência entre dano e indenização .....	223
128. Princípio do nexo causal entre labor e acidente .....	224
129. Princípio da celeridade do processo .....	225
130. Princípios do processo acidentário.....	225
<b>Capítulo XIII — Princípios da Internacionalização .....</b>	<b>227</b>
131. Introdução.....	227
132. Princípio da solidariedade internacional.....	228
133. Princípio da reciprocidade.....	229
134. Princípio da igualdade de tratamento.....	230
135. Princípio da conservação dos benefícios em vias de aquisição .....	231
136. Princípio da preservação dos direitos adquiridos.....	231
137. Princípio do pagamento das prestações no exterior .....	232
138. Princípio da equivalência dos gestores.....	232
139. Princípio da livre circulação dos trabalhadores .....	233
140. Princípio da adaptação das legislações nacionais.....	233
<b>Capítulo XIV — Princípios Constitucionais .....</b>	<b>235</b>
141. Introdução.....	235
142. Princípio da liberdade.....	236

143. Princípio da igualdade.....	237
144. Princípio da legalidade .....	240
145. Princípio da competência .....	242
146. Princípio do solidarismo social .....	243
147. Princípio da divisão do financiamento.....	244
148. Princípio da relação entre custeio e prestações.....	246
149. Princípio da integração econômica da América Latina .....	247
150. Princípio do direito adquirido .....	248
<b>Capítulo XV — Princípios de Outras Ciências Jurídicas .....</b>	<b>253</b>
151. Introdução.....	253
152. Princípios de Direito Social.....	253
153. Princípios de Direito Público e Privado .....	254
154. Princípios de Direito Sindical.....	255
155. Princípios de Direito Agrário .....	256
156. Princípios de Direito Tributário .....	258
157. Princípios de Direito do Trabalho .....	260
157.1. Proteção trabalhista .....	260
157.2. Irrenunciabilidade dos direitos.....	261
157.3. Continuidade da relação laboral.....	261
157.4. Primazia da realidade.....	261
157.5. Razoabilidade.....	262
157.6. Boa-fé.....	262
158. Princípios de Direito Processual.....	263
158.1. Princípio da economia processual .....	264
158.2. Princípio do contraditório.....	265
159. Princípios de Direito Penal .....	266
150. Princípios de Direito Internacional.....	266
<b>Capítulo XVI — Princípios de Direito Procedimental .....</b>	<b>268</b>
161. Introdução.....	268
162. Princípio da iniciativa administrativa.....	269
163. Princípio da simplicidade.....	270
164. Princípio da gratuidade.....	271
165. Princípio da celeridade .....	272

166. Princípio da supletividade do CPC .....	273
167. Princípio da <i>reformatio in pejus</i> .....	274
168. Princípio da dependência da ação judiciária .....	275
169. Princípio do recurso obrigatório .....	276
170. Princípios do processo administrativo .....	276
<b>Capítulo XVII — Princípios Interpretativos</b> .....	279
171. Introdução .....	279
172. Princípio do <i>in dubio pro misero</i> .....	280
173. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	289
174. Princípio da norma mais favorável .....	292
175. Princípio da irretroatividade da lei .....	295
176. Princípio da interpretação extensiva .....	297
177. Princípio da interpretação restritiva .....	299
178. Princípio do sentido social da lei .....	299
179. Princípio da equidade .....	300
180. Princípio da retroeficácia benéfica .....	301
<b>Capítulo XVIII — Outros Institutos Jurídicos</b> .....	302
181. Introdução .....	302
182. Regras técnicas .....	303
182.1. Antecipação da contribuição .....	303
182.2. Correlação entre salário de contribuição e salário de benefício .....	304
182.3. Comunicabilidade dos regimes .....	305
182.4. Manifestação da vontade .....	306
182.5. Ingresso do incapaz .....	307
182.6. Impressão digital .....	307
182.7. Obrigatoriedade dos exames médicos .....	308
182.8. Automaticidade de transformação dos benefícios .....	308
182.9. Inacumulabilidade das prestações .....	308
182.10. Verificação das procurações .....	310
183. Técnicas consagradas .....	310
183.1. Manutenção da qualidade de segurado .....	311
183.2. Período de carência .....	311
183.3. Pluriatividade no custeio .....	312

183.4. Cálculo da pluriatividade nas prestações .....	313
183.5. Rateio da pensão .....	314
183.6. Concorrência entre dependentes .....	315
183.7. Cálculo da renda inicial .....	315
183.8. Justificação administrativa .....	317
183.9. Aferição na construção civil.....	318
183.10. Transformação dos benefícios .....	319
184. Presunções válidas .....	319
184.1. Presunção do trabalho .....	320
184.2. Presunção da morte .....	320
184.3. Presunção do trabalho do sócio-gerente .....	321
184.4. Presunção da dependência econômica .....	321
184.5. Presunção do desconto e do recolhimento .....	322
184.6. Presunção da designação.....	323
184.7. Presunção do salário-base.....	324
184.8. Presunção da pensão alimentícia .....	324
184.9. Presunção da incapacidade .....	325
184.10. Presunção da inscrição.....	325
185. Máximas .....	325
185.1. <i>Acessorium sequitur suum principale</i> .....	326
185.2. <i>In eo quod plus est semper inest et minus</i> .....	327
185.3. <i>Dormientibus non succurrit jus</i> .....	328
185.4. <i>Affirmanti incumbit probatio</i> .....	328
185.5. <i>Error calculi non facit jus</i> .....	329
185.6. <i>In claris cessat interpretatio</i> .....	330
185.7. <i>Ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet</i> .....	331
185.8. <i>Nihil innovare appellatione interposita</i> .....	332
185.9. <i>Cum lex praeteritum quid indulget, in futurum vetat</i> .....	332
185.10. <i>Dies a quo non computatur</i> .....	332
186. Natureza da prestação .....	333
186.1. Substituidora dos ingressos .....	334
186.2. Reparadora dos riscos sociais .....	335
186.3. Direito exigível.....	335

186.4. Mantenedora do <i>status</i> social .....	336
186.5. Libertadora e valorizadora do homem.....	336
186.6. Caráter alimentar.....	336
186.7. Distribuidora de renda .....	337
186.8. Incentivadora do consumo .....	337
186.9. <i>Intuitu personae</i> .....	338
186.10. Natureza pecuniária .....	338
187. Razões previdenciárias .....	339
188. Tendências .....	341
188.1. Tributização dos recursos .....	343
188.2. Não prevalência da contribuição e relevância do fato.....	344
188.3. Universalização dos regimes e dos beneficiários .....	346
188.4. Novas medidas do fato gerador .....	347
188.5. Alargamento do salário de contribuição .....	348
188.6. Revisão do Plano de Benefícios .....	350
188.7. Internacionalização do seguro social .....	352
188.8. Integração do SAT.....	352
188.9. Indispensabilidade da assistência médica .....	353
188.10. Desestatização da técnica protetiva.....	353
189. Especificidade da Previdência Social.....	354
190. Direito Previdenciário e previdência social.....	356
<b>Capítulo XIX — Distinções Teóricas</b> .....	357
191. Técnicas de proteção social .....	357
191.1. Seguro e seguridade social.....	358
191.2. Previdência e assistência social.....	358
191.3. Seguro mútuo e privado.....	359
191.4. Técnicas sociais e pessoais.....	359
191.5. Universalidade horizontal e vertical.....	359
191.6. Previdência estatal e particular .....	360
191.7. Estatização e privatização.....	362
191.8. Sistema e regime .....	362
191.9. Regime geral e especial.....	363
191.10. Assistência total e seguridade social.....	363

192. Direito em geral .....	364
192.1. Expectativa de direito e direito adquirido .....	364
192.2. Situação de fato e de direito.....	366
192.3. Vigência e eficácia .....	367
192.4. Efeito <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i> .....	367
192.5. Princípio e norma dispositiva .....	368
192.6. Lei ordinária e lei delegada .....	369
192.7. Lei geral e especial .....	369
192.8. Direito substantivo e adjetivo .....	370
192.9. Direito subjetivo e potestativo .....	371
192.10. Restauração e efeito repristinatório .....	371
193. Distinções lógicas.....	372
193.1. Atividade econômica e lucrativa .....	372
193.2. Capacidade física e jurídica .....	373
193.3. Principal e acessório .....	374
193.4. Aposentação e aposentadoria.....	375
193.5. Uso e costume .....	375
193.6. Essência real e natureza jurídica .....	376
193.7. Aumento e reajustamento .....	377
193.8. Obrigação e dever.....	377
193.9. Aposentação e desaposentação .....	378
193.10. Produção e produtividade .....	378
194. Sujeitos da obrigação fiscal.....	379
194.1. Empresa e estabelecimento.....	379
194.2. Empresa controladora e coligada.....	380
194.3. Empresa de direito e de fato .....	381
194.4. Atividade-meio e atividade-fim .....	381
194.5. Fornecedor e tomador de mão de obra.....	382
194.6. Preponderância ou não de segurados .....	383
194.7. Prédio rústico e edifício .....	383
194.8. Condomínio vertical e horizontal .....	384
194.9. Missão diplomática e escritório estrangeiro .....	384
194.10. Ordem ou congregação.....	385

195. Direito do Trabalho .....	386
195.1. Contrato de trabalho e de emprego .....	386
195.2. Contrato de experiência e de aprendizagem .....	387
195.3. Trabalho sazonal e intermitente .....	387
195.4. Contrato tácito e expresso .....	388
195.5. Local de trabalho e canteiro de obras .....	389
195.6. Subordinação e independência .....	389
195.7. Foro do contrato e local do serviço .....	390
195.8. Convenção e acordo coletivo .....	391
195.9. Contrato de temporário e de avulso .....	392
195.10. Prestações empresariais e previdenciárias .....	392
196. Relação de previdência social .....	393
196.1. Filiação e inscrição .....	394
196.2. Segurado e dependente .....	395
196.3. Segurados obrigatórios e facultativos .....	395
196.4. Base material e automaticidade da filiação .....	396
196.5. Inscrição e designação .....	397
196.6. Inscrição prévia e <i>post-mortem</i> .....	397
196.7. Vinculação e matrícula .....	397
196.8. Qualidade de segurado .....	398
196.9. Início de atividade e da relação .....	399
196.10. Regularidade do exercício profissional .....	399
197. Direito Previdenciário Procedimental .....	399
197.1. Impugnação e recurso voluntário .....	400
197.2. Depósito recursal .....	401
197.3. Recurso voluntário e obrigatório .....	401
197.4. Procedência e subsistência .....	402
197.5. Juízo de admissibilidade e de mérito .....	403
197.6. Efeito devolutivo e suspensivo .....	403
197.7. Recurso escrito e sustentação oral .....	404
197.8. Revisão de Ofício e Pedido de Uniformização .....	404
197.9. Distribuição por identidade ou conexão .....	405
197.10. Coisa julgada judicial e administrativa .....	405

198. Direito fiscal .....	406
198.1. Tributo e contribuição .....	406
198.2. Multa automática e fiscal .....	407
198.3. Auto de Infração e Notificação Fiscal .....	408
198.4. Fato gerador e base de cálculo .....	409
198.5. Pessoa física e jurídica .....	409
198.6. Pagamento e depósito .....	409
198.7. Obrigação original e corresponsabilidade .....	410
198.8. Obrigações principais e acessórias .....	411
198.9. Anistia e isenção .....	412
198.10. Imunidade e não incidência .....	412
199. Previdência supletiva .....	413
199.1. Previdência aberta e fechada .....	414
199.2. Patrocínio único ou plúrimo .....	415
199.3. Suplementação e complementação .....	416
199.4. Patrocinadora e patrocinada .....	417
199.5. Regime de capitalização e de repartição .....	417
199.6. Contribuição única e compartilhada .....	418
199.7. Contribuição ou benefício definido .....	419
199.8. Rendas e pecúlios .....	419
199.9. Institutos técnicos .....	420
199.10. Intervenção e liquidação .....	427
200. Órgãos públicos .....	428
200.1. Administração direta e indireta .....	429
200.2. Soberania e autonomia .....	430
200.3. Prefeitura Municipal e Câmara Municipal .....	430
200.4. Autuação de órgão público .....	431
200.5. Interdição e intervenção .....	432
200.6. Empresa pública e sociedade de economia mista .....	433
200.7. Regime próprio e regime geral .....	434
200.8. Contagem recíproca .....	435
200.9. Regime celetista e estatutário .....	435
200.10. Eventuais e temporários .....	436



<b>Capítulo XX — Questões Práticas .....</b>	<b>437</b>
201. Fato gerador .....	437
201.1. Descontável e descontado .....	437
201.2. Bruto ou líquido .....	438
201.3. Pagamento ou crédito .....	439
201.4. Regularidade e inadimplência .....	440
201.5. Autolancamento e lançamento por declaração .....	440
201.6. Contribuinte coletivo e individual .....	441
201.7. Aferição direta e indireta .....	442
201.8. Concomitância e simultaneidade .....	443
201.9. Pagamento com e sem exame de mérito .....	443
201.10. Ocorrência ou aperfeiçoamento .....	444
202. Aspectos gerais da contribuição .....	445
202.1. Base de cálculo e salário de contribuição .....	445
202.2. Contribuição mínima e máxima .....	446
202.3. Aporte mensal e anual .....	447
202.4. Mês de competência e de pagamento .....	447
202.5. Mês exigível e não exigível .....	448
202.6. Restituição e devolução .....	448
202.7. Parcelamento de direito e de fato .....	449
202.8. Pagamento em dinheiro e dação em pagamento .....	449
202.9. Momento do aperfeiçoamento do fato gerador .....	450
202.10. Decadência e prescrição .....	450
203. Benefícios .....	451
203.1. Pagamento único e continuado .....	452
203.2. Vontade do segurado .....	452
203.3. Natureza da causa determinante .....	453
203.4. Salário de benefício e renda mensal inicial .....	454
203.5. Carência e período básico de cálculo .....	455
203.6. Duração das mensalidades .....	456
203.7. Aposentadoria proporcional e integral .....	457
203.8. Substituidores e reparadores .....	457
203.9. Risco programado ou imprevisível .....	458
203.10. Tempo de serviço e de contribuição .....	459

204. Servidor civil .....	459
204.1. Servidor ou funcionário .....	460
204.2. Provimento e investidura .....	461
204.3. Posse e exercício .....	461
204.4. Cargo e emprego .....	462
204.5. Interinidade e estabilidade .....	462
204.6. Vencimento e remuneração .....	462
204.7. Requisição com ou sem ônus .....	463
204.8. Disponibilidade e aposentadoria .....	464
204.9. Demissão e exoneração .....	464
204.10. Proventos do aposentado e retribuição do ativo .....	465
205. Construção civil .....	466
205.1. Conceito mínimo .....	466
205.2. Tipos de serviços .....	467
205.3. Proprietário e dono da obra .....	468
205.4. Principal e edícula .....	469
205.5. Responsabilidade direta e solidariedade .....	469
205.6. Folha de pagamento ou área construída .....	470
205.7. Custo total e da mão de obra .....	470
205.8. Retenção e ação regressiva .....	471
205.9. Apresentação deficiente, não apresentação e sonegação de documentos .....	471
205.10. Mutirão e ausência de mão de obra .....	472
206. Disposições penais .....	473
206.1. Obrigações principais e acessórias .....	473
206.2. Ato comissivo e omissivo .....	474
206.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes da multa .....	475
206.4. Tentativa e consumação .....	476
206.5. Dolo e culpa .....	476
206.6. Crime único e continuado .....	477
206.7. Inadimplência e estar em débito .....	477
206.8. Distribuir dividendos ou participar nos lucros .....	479
206.9. Objeto material e formal .....	479
206.10. Falsidade material e ideológica .....	480

207. Tipos de segurados .....	481
207.1. Trabalhador <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> .....	481
207.2. Empresário e empregador.....	482
207.3. Sócio-gerente ou cotista.....	482
207.4. Avulso e eventual .....	483
207.5. Autônomo e titular de firma individual .....	483
207.6. Urbano e rural .....	485
207.7. Diretor-empregado e não empregado.....	485
207.8. Eclesiástico e religioso .....	486
207.9. Empregado e temporário.....	487
207.10. Pessoa em experiência e em aprendizagem .....	488
208. Pensão por morte e auxílio-reclusão.....	488
208.1. Designação e inscrição .....	489
208.2. Direito patrimonial ou contributivo .....	489
208.3. Concorrência e pretensão incondicional .....	490
208.4. Esposa e companheira.....	490
208.5. Pensão alimentícia e previdenciária.....	491
208.6. Dependência total ou parcial.....	492
208.7. Desaparecimento ou ausência.....	493
208.8. Rateio e divisão.....	494
208.9. Dependente privilegiado e não privilegiado .....	494
208.10. Qualidade de segurado e de dependente .....	495
209. Base de cálculo da contribuição.....	495
209.1. Remuneração e salário .....	496
209.2. Indenização e ressarcimento .....	497
209.3. Pelo trabalho e para o trabalho .....	498
209.4. Salário em dinheiro e <i>in natura</i> .....	499
209.5. Remuneração e verba de representação.....	499
209.6. Férias fruídas e indenizadas .....	500
209.7. Gratificação ou prêmio .....	501
209.8. Diárias para viagem e ajuda de custo.....	502
209.9. Ajuda por transferência provisória ou definitiva.....	502
209.10. Participação nos lucros ou resultados.....	503

210. Previdência rural.....	503
210.1. Previdência urbana e rural .....	504
210.2. Atividade citadina rurícola .....	505
210.3. Titular de firma individual e segurado especial .....	505
210.4. Produtor pessoa física e jurídica .....	506
210.5. Produto rural e não rural .....	506
210.6. Contribuinte de fato e de direito .....	507
210.7. Contribuição pessoal e patronal.....	508
210.8. Indústria rural e caseira.....	508
210.9. Agroindústria e agrocomércio.....	510
210.10. Trabalhador urbano e rural.....	511
<b>Capítulo XXI — Fator Previdenciário .....</b>	<b>513</b>
211. Fontes formais .....	513
212. Período básico de cálculo .....	514
213. Conceito mínimo.....	516
214. Fórmula matemática.....	517
215. Consequências mediatas .....	518
216. Resultados desejados pelo MPS.....	518
217. Perdas e ganhos .....	519
218. Exemplos do cálculo.....	520
219. Implantação gradual .....	521
220. Constitucionalidade da Lei n. 9.876/99 .....	522
<b>Capítulo XXII — Dano Moral .....</b>	<b>525</b>
221. Noção mínima .....	525
222. Conceito doutrinário .....	526
223. Conceito legal.....	528
224. Falso dano.....	530
225. Danos irreparáveis .....	532
226. Prejuízos inerentes.....	532
227. Autoria e responsabilidade .....	535
228. Pessoas jurídicas .....	536
229. Dano médico .....	537
230. Causas excludentes .....	538

<b>Capítulo XXIII — Contagem Recíproca</b>	540
231. Fontes formais	540
232. Regimes envolvidos	540
233. Tempos computados	540
234. Tempo insalubre	541
235. Compensação financeira	541
236. Reciprocidade de tratamento	541
237. Documento oficial	542
238. Possibilidade de desaposentação	542
239. Propósito do cômputo	542
240. Devedor da obrigação	542
<b>Capítulo XXIV — Regime Especial</b>	543
241. Natureza jurídica	543
242. Clientela protegida	543
243. Alcance pecuniário	543
244. Ingresso facultativo	544
245. Técnica da filiação	544
246. Período de carência	544
247. Evento determinante	544
248. Renda mensal	544
249. Ingresso no RGPS	544
250. Plano de benefícios	545
<b>Capítulo XXV — Previdência do Servidor</b>	546
251. Introdução	546
252. Regime próprio	546
253. Conceito de servidor	546
254. Normas de superdireito	546
255. Limite de valor	547
256. Cálculo dos proventos	547
257. Fórmula 95	547
258. Contribuição dos inativos	547
259. Prestações previstas	547
260. Complementação pública	548

<b>Capítulo XXVI — Flexibilização do SAT</b>	549
261. Introdução	549
262. Conceito de flexibilização	549
263. Âmbito da acidentalidade	549
264. Período básico de cálculo	550
265. Cálculo do FAP	550
266. Custo da frequência	550
267. Custo da gravidade	551
268. Custo das prestações	551
269. Segmento econômico	551
270. Contestação empresarial	551
<b>Capítulo XXVII — Nexo Epidemiológico</b>	552
271. Conceito doutrinário	552
272. Fontes formais	552
273. Nexo causal	552
274. Acidente do trabalho	552
275. Doenças ocupacionais	553
276. Moléstias não ocupacionais	553
277. Perícia médica	553
278. Consequências jurídicas	553
279. Contraprova patronal	554
280. Deontologia jurídica	554
<b>Capítulo XXVIII — Destino do Superávit</b>	556
281. Reserva de contingência	557
282. Reserva especial	557
283. Redução das contribuições	557
284. Tipo do plano	557
285. Equilíbrio financeiro	558
286. Plano deficitário	558
287. Soluções aconselhadas	558
288. Vontade do legislador	559
289. Direito procedimental	559
290. Gestão dos planos	560

<b>Capítulo XXIX — Retirada de Patrocinadora</b> .....	561
291. Concepção técnica .....	561
292. Natureza jurídica .....	562
293. Sujeitos da relação .....	562
294 Características básicas .....	562
295. Distinções necessárias.....	563
296. Pressupostos operacionais .....	564
297. Caminhos alvitados .....	564
298. Definição dos compromissos.....	565
299. Consequências práticas .....	565
300. Aspectos jurídicos.....	565
<b>Capítulo XXX — Meios de Prova</b> .....	567
301. Conceito doutrinário .....	567
302. Hierarquia das provas .....	567
303. Modalidades válidas .....	568
304. Classificação didática .....	568
305. Características básicas .....	569
306. Tipos de demonstração .....	570
307. Natureza jurídica .....	571
308. Regras interpretativas .....	571
309. Presunções acolhidas .....	571
310. Recomendações finais .....	572
<b>Capítulo XXXI — Desaposentação</b> .....	573
311. Introdução do tema.....	573
312. Conceito elementar .....	573
313. Direito à renúncia .....	574
314. Objetivo do requerente .....	574
315. Pressupostos lógicos.....	574
316. Características básicas .....	575
317. Modalidades adotadas .....	575
318. Prestações renunciáveis .....	575
319. Consequências institucionais .....	575
320. Doutrina e jurisprudência.....	576

<b>Capítulo XXXII — União Homoafetiva</b> .....	577
321. Ação Civil Pública .....	577
322. Idealização constitucional.....	577
323. Conceito mínimo.....	577
324. Características básicas .....	578
325. Direito dos conviventes .....	579
326. Dependência econômica .....	580
327. Pensão por morte .....	580
328. Auxílio-reclusão .....	581
329. Provas da união.....	581
330. Relações instáveis.....	582
<b>Capítulo XXXIII — Participação nos Lucros ou Resultados</b> .....	583
331. Introdução do tema.....	583
332. Conceito de PLR .....	583
333. Idealização doutrinária .....	583
334. Disciplina constitucional .....	584
335. Incidência de contribuição.....	585
336. Requisitos básicos.....	586
337. Exigências legais.....	587
338. Aspectos formais .....	588
339. Representação sindical .....	589
340. Distinção do bônus.....	590
<b>Capítulo XXXIV — Direito dos Idosos</b> .....	592
341. Escopo fundamental.....	592
342. Delimitação da clientela.....	593
343. Pretensão do cidadão.....	593
344. Defesa civil e moral .....	593
345. Prestação alimentar.....	593
346. Previdência social.....	594
347. Assistência social .....	594
348. Direito à saúde .....	594
349. Assistência judiciária .....	594
350. Crimes em espécie.....	594



<b>Capítulo XXXV — Súmula Vinculante STF n. 4</b>	595
351. Preceito dispositivo	595
352. Motivação doutrinária	595
353. Casos previstos	596
354. Conceito de salário mínimo	596
355. Indexador adequado	596
356. Significado da “vantagem”	597
357. Destinatários da norma	597
358. Renda mínima	597
359. Substituição judicial	597
360. Mínimo previdenciário	598
<b>Capítulo XXXVI — Decadência e Prescrição</b>	599
361. Introdução do tema	599
362. Distinções imprescindíveis	600
363. Posição da LOPS	601
364. Súmula vinculante	601
365. Pensamento doutrinário	602
366. Consequência dos cinco anos	602
367. Distinção constitucional	603
368. Justiça do Trabalho	604
369. Período fiscalmente exigível	605
370. Destino dos recursos	607
<b>Capítulo XXXVII — Ação regressiva</b>	608
371. Postulação civilista	608
372. Natureza do montante	609
373. Polos da relação	610
374. Responsabilidade e corresponsabilidade	611
375. Culpa estrita	613
376. Prazo da decadência	615
377. Constitucionalidade da exigibilidade	616
378. Constituição de capitais	619
379. Desconstituição da ação regressiva	619
380. Justiça competente	620

<b>Capítulo XXXVIII — Pessoas com Deficiência</b>	622
381. Segurados com direito	622
382. Benefícios previstos	622
383. Distinções necessárias	623
384. Aposentadoria proporcional	623
385. Tipo de limitações	623
386. Conversão de tempo de serviço	623
387. Período de carência	624
388. Precedência o custeio	624
389. Volta ao trabalho	624
390. Remissão ao RGPS	624
<b>Capítulo XXXIX — Aposentadoria Especial do Servidor</b>	625
391. Fundamento legal	625
392. Mandado de Injunção	625
393. Regulamentações administrativas	626
394. Remissão ao art. 57 do PBPS	626
395. Documentos trabalhistas	626
396. Utilização de EPI	627
397. Níveis de tolerância	627
398. Conversão de tempo especial	627
399. Contagem recíproca	627
400. Súmula Vinculante STF n. 33	628
<b>Capítulo XL — Educação Previdenciária</b>	629
401. Papel do MPS	629
402. Cartilhas oficiais	629
403. Ensino da matéria	630
404. Objetivo ministerial	630
405. Preparação para a aposentação	630
406. Proposições do EDUCOM	630
407. Ações próprias	630
408. Parcerias	631
409. Educação nas EFPC	632
410. Educação na doutrina	632

<b>Capítulo XLI — Planejamento da Aposentação</b>	633
411. Aposentadoria dos sonhos	633
412. Aposentadoria ideal	633
413. Necessidade do planejamento	634
414. Momento do afastamento	634
415. Escolha da renda	635
416. Fontes de manutenção	635
417. Custo do investimento	635
418. Revisões periódicas	635
419. Diversificação das aplicações	636
420. Ajuda de profissionais	636
<b>Capítulo XLII — Perícia Médica</b>	637
421. Auxílio-doença	637
422. Limbo previdenciário	637
423. Mérito da questão	638
424. Convênio com o INSS	640
425. Regras admissionais	641
426. Prontuário laboral	641
427. Monitoramento da solicitação	641
428. Colaborações com o trabalhador	641
429. Antecipação dos pagamentos	642
430. Médico assistente	642
<b>Capítulo XLIII — Desoneração na Construção Civil</b>	643
431. Retenção na cessão de mão de obra	643
432. Construção civil	644
433. Empreitada na cessão de mão de obra	645
434. Data do início da atividade	645
435. Matrícula CEI	646
436. Data-base da aplicação da lei	646
437. Ausência de matrícula	646
438. Custos não incluídos	646
439. Atividades excluídas	647
440. Enquadramento da preponderância	647
<b>Referências Bibliográficas</b>	649
<b>Obras do autor</b>	653